

EDUCAÇÃO

EDUCATION

EDUCAÇÃO E TELEVISÃO: O LEÃO CECIL NO PROGRAMA *SEM FRONTEIRAS*, GLOBO NEWS

Education and TV: Cecil the lion in the series *Sem Fronteiras*, Globo News

PAULA BRÜGGER

Professora Titular do Departamento de Ecologia e Zoologia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Professora do Mestrado Profissional em Perícias Criminais Ambientais – UFSC; Coordenadora do Observatório de Justiça Ecológica – OJE/UFSC. E-mail: paula.brugger@ufsc.br

Recebido em 10.02.2016 | Aprovado em 28.02.2016

RESUMO: Neste artigo, postula-se a ausência de imparcialidade nos meios de comunicação, bem como a sua importância na formação de valores no sentido lato. Nesse contexto, elegeu-se como objeto de análise de conteúdo uma edição de um programa do canal de televisão Globo News, intitulada *Caçada a leão no Zimbábue comove o mundo*. O estudo revelou elementos que foram silenciados ou apareceram de forma incipiente no programa, como a crueldade e a violência subjacentes à caça, assim como o viés moral que lhe é inerente. A matéria também destinou muito tempo à biodiversidade, tema digressivo no contexto em pauta, e tratou a caça quase que exclusivamente sob suas dimensões técnicas e legais. Tais questões mostram a necessidade de mudanças na formação de profissionais dessa área, uma vez que este estudo apontou a presença de valores especistas, algo que não condiz com o ideal de isenção de valores propagado pela maioria dos discursos sobre o conteúdo das matérias jornalísticas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Informal. Ética. Especismo. Caça. Biodiversidade.

ABSTRACT: This article postulates the lack of impartiality in the media, and its importance in the formation of values. The object of analysis is an edition of the television program Globo News, entitled *Caçada a leão no Zimbábue comove o mundo* [Lion Hunt in Zimbabwe, stirs the world]. The study revealed elements that were silenced, or appear in an incipient manner in the program, such as the cruelty and violence subjacent to the hunt and the moral bias inherent to it. The program dedicated substantial time to biodiversity, which was a digression in that context, and treated hunting nearly exclusively from its technical and legal dimensions. These questions point to the need for changes in the education of media professionals, as this study showed the presence of speciesist values, something that does not match the ideal of exemption of values advocated by the majority of speeches on the content of news/journalism.

KEYWORDS: Informal Education. Ethics. Speciesism. Hunting. Biodiversity.

SUMÁRIO: 1. Introdução – 2. Metodologia – 3. Objeto de estudo – 4. Da análise do objeto – 5. Discussão – 6. Considerações finais – 7. Notas de referência

1. Introdução: objetos e não objetos deste artigo

O presente artigo parte do pressuposto de que os meios de comunicação atuam como agentes educacionais no sentido lato de formação de valores. Postula-se aqui a impossibilidade de imparcialidade, ou seja, nada é mera informação.

Particularmente, no que diz respeito à televisão, Bourdieu¹ comenta que, nos anos 1950, ela estava pouco presente no campo jornalístico, mas, com o tempo, tornou-se dominante econômica e simbolicamente. Ele também enfatiza que há uma proporção muito grande de pessoas que têm na televisão sua única fonte de informação, além do fato de ela poder reunir, em uma noite, mais pessoas do que todos os jornais da manhã e da noite juntos.

Em virtude desse poder em potencial, Popper² argumenta que todas as pessoas que viessem a fazer televisão deveriam, *volens nolens*, tomar consciência de que têm um papel de educadores pelo simples fato de a televisão ser vista por crianças e adolescentes: quem trabalha em televisão participa de um processo de educação de alcance gigantesco. No entanto, o autor destaca que, ao abordar essa questão com profissionais da área, percebeu que tal ideia era uma grande novidade para eles.

Popper chega a propor um código de ética e ao mesmo tempo um mecanismo de controle, por parte do Estado, sobre a atuação dos profissionais que atuam na televisão. Para ele, qualquer pessoa que trabalhasse para a televisão faria parte de uma organização e possuiria uma licença que poderia perder, caso infringisse as regras estabelecidas por essa organização. Ele enfatiza que a civilização consiste essencialmente na redução da violência; é essa a sua função principal e também o objetivo que visamos quando tentamos elevar o nível de civismo na nossa sociedade. O autor destaca, ainda, que o conteúdo dos cursos de formação deve ser orientado para o papel fundamental da educação – para as suas dificuldades – e para a questão de esta não consistir apenas em ensinar os fatos, mas, sobretudo, em mostrar como é importante a eliminação da violência. Na mesma linha de argumentação, Bourdieu, citado antes, destaca que a televisão exerce uma forma particularmente perniciosa de violência simbólica: a cumplicidade tácita (e a inconsciência) dos que a sofrem e dos que a exercem.

Não é objetivo deste artigo realizar uma análise teórica aprofundada acerca do papel educativo da mídia em termos de seus supostos deveres ou limites. O objetivo aqui é analisar uma matéria jornalística que diz respeito a uma modalidade específica de relação entre nós e os animais não humanos – a caça –, a fim de averiguar se os valores nela veiculados contribuem para reafirmar ou abolir a prática em questão.

Embora a imagem dos animais nos meios de comunicação ainda seja um campo de investigação relativamente incipiente,

indicam-se algumas referências bibliográficas que abordam essa temática – e seus aspectos teóricos – a fim de tornar dispensável uma longa exposição de argumentos neste texto³.

Vale discorrer, porém, mesmo que de forma sucinta, sobre um traço cultural marcante em nossa sociedade que está além das relativamente bem estudadas abordagens mecanicistas e reducionistas presentes no campo jornalístico⁴: o viés especista, no que toca à relação entre animais humanos e não humanos.

Embora o conceito de especismo tenha se tornado mais conhecido a partir das reflexões do filósofo utilitarista Peter Singer, esse termo foi cunhado originalmente pelo psicólogo britânico Richard Ryder, em 1970, em uma analogia ao racismo e ao sexismo, que são, também, formas de preconceito baseadas em diferenças moralmente irrelevantes. O termo diz respeito, genericamente, à crença de que somos superiores aos outros animais e que, por conseguinte, temos o direito de fazer com eles o que bem entendermos.

No que concerne ao especismo, Ryder⁵ ressalta a capacidade de sofrer – sobretudo a de sentir dor – como o fundamento mais sólido para balizar a questão. A capacidade de experimentar dor é a única base convincente para atribuir direitos ou interesses a outros, argumenta ele. Muitas outras qualidades, como valor inerente, foram sugeridas, porém o valor não pode existir na ausência da consciência. Dessa maneira, rochas, rios, ou casas não têm interesses ou direitos próprios. Outros princípios e ideais morais foram propostos ao longo dos séculos, tais como justiça, liberdade, igualdade ou fraternidade, por exemplo. No entanto, esses são apenas pontos de partida (ou degraus) para o objetivo final, que é a felicidade, a qual é alcançada por meio da libertação de todas as formas de dor e sofrimento.

O posicionamento de Ryder enaltece o valor da consciência no debate sobre o especismo, algo que se tornou mais importante com a publicação da *Declaração de Cambridge sobre a Consciência*⁶. Nela, um seleto grupo de cientistas sintetizou os resultados de estudos que demonstram que as estruturas do cérebro respon-

sáveis pela produção da consciência são análogas em humanos e outros animais: todos os mamíferos, aves e até criaturas como os polvos têm consciência. Isso torna inquestionável a existência do sofrimento nos animais e dá respaldo científico aos mais variados movimentos intelectuais e de ativismo em prol do reconhecimento dos direitos animais.

É preciso esclarecer aqui que, quando se fala de direitos animais, está se referindo a direitos concedidos em relação à igual consideração de interesses semelhantes. Também na tradição filosófica utilitarista, ser passível de sofrimento é a característica que diferencia os seres que têm interesses – os quais deveriam ser considerados – dos que não os têm. Entretanto, o princípio da igual consideração de interesses não implica uma extensão dos mesmos direitos a todos os seres, e isso inclui os humanos. O preceito básico da igualdade não requer tratamento igual ou idêntico, assim como o princípio da igualdade não se baseia em atributos como beleza física, ou capacidade intelectual⁷. Embora diversos interesses possam ser elencados aqui, aqueles mais básicos, comuns entre nós e os outros animais, são os seguintes: não ser aprisionado, explorado, morto, e poder expressar seu comportamento natural, resultado de milhões de anos de evolução.

Neste ponto da discussão, é oportuno destacar que o critério de Ryder – e da escola utilitarista – acerca da dor e do sofrimento para atribuir direitos, ratifica a tese da eliminação da violência, propugnada por Popper.

É possível aquilatar, mesmo sem um maior aprofundamento teórico, que a crítica ao especismo evidencia a impossibilidade de erguer qualquer fundamentação sólida que torne moralmente aceitável a separação entre nós, humanos – detentores de direitos e valor moral absoluto – e os outros animais, destituídos de direitos e cujo valor é tão somente instrumental. A crítica ao especismo é muito importante para refletirmos sobre uma miríade de hábitos sedimentados acriticamente em nossa cultura, desde comer carne e derivados de animais, até dispor de suas

vidas para o nosso entretenimento, como é o caso do objeto de estudo deste artigo.

2. Metodologia

Embora o chamado estudo de caso, como categoria de pesquisa qualitativa, apresente características que se amoldam a esta investigação⁸, elegeu-se a análise de conteúdo como procedimento metodológico. Esse método pode ser definido como

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens.⁹

Nesse contexto, não somente os aspectos ideológicos manifestos no material analisado devem ser levados em conta, mas também o seu conteúdo oculto, ou latente, e suas implicações na produção e na reprodução de certos conceitos e valores.

No que tange à questão dos conteúdos latentes, vale discurrir brevemente sobre o conceito de currículo oculto. Para Jackson¹⁰, o currículo oculto compreende “as normas e valores que são implícita, porém efetivamente transmitidos pelas escolas e que habitualmente não são mencionados na apresentação feita pelos professores dos fins ou objetivos”. Giroux¹¹ ressalta, ainda, a importância dos ‘silêncios’ estruturais e das mensagens ideológicas que moldam a forma e o conteúdo do conhecimento escolar.

Outra concepção de grande valia neste contexto é a de *media frames*. De acordo com Gitlin¹², os *media frames* consistem em padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, seleção, ênfase e exclusão por meio dos quais os manuseadores de símbolos rotineiramente organizam o discurso, seja verbal ou visual. Schlechtweg¹³ argumenta que os *media frames* frequen-

temente obscurecem muito do que é único sobre atividades e eventos, enquanto silenciam explicações, argumentos e perspectivas que não se encaixam no quadro de interpretações da mídia. Esse autor comenta que os pressupostos e visões de mundo que guiam as escolhas dos jornalistas não são casuais e que é possível chegar, através de uma análise de elementos textuais e visuais, a esses pressupostos, bem como à lógica que unifica e molda seu conteúdo.

É interessante destacar aqui a forte convergência entre essas duas formulações teóricas – o currículo oculto e os *media frames* – sobretudo no que concerne à importância dos silêncios estruturais, daquilo que não é dito, mas que toma formas concretas nas mensagens implícitas sobre valores, crenças, visões de mundo e parâmetros éticos, seja no universo educacional formal, seja no informal. No caso das mensagens televisivas, isso também é verdadeiro.

3. Objeto de estudo

A fim de contextualizar as considerações teóricas e metodológicas feitas antes, foi eleito como objeto de estudo uma edição específica do programa semanal de televisão denominado *Sem Fronteiras*¹⁴, veiculado pela Globo News. O episódio selecionado, intitulado *Caçada a leão no Zimbábue comove o mundo*, tratou da temática da caça, com foco específico no caso do abate de um leão cujo nome era Cecil.

A escolha do material citado se deveu à grande comoção, em nível internacional, decorrente das circunstâncias que envolveram a morte do animal em questão, que era uma espécie de ícone em seu país, o Zimbábue. A história de Cecil encontra-se fartamente registrada nos mais diversos meios de comunicação, mas, de forma resumida, os fatos que marcaram esse fenômeno midiático foram: a) ele ser, em tese, um animal protegido dentro de um parque, além de ser monitorado por *GPS* por uma

universidade de grande prestígio; b) ter sido atraído para fora de sua zona de proteção – o parque –, o que mostra a vulnerabilidade a que ele e outros animais em situações análogas estão expostos; c) haver sido alvejado por uma flecha e sofrido por quase dois dias, até ser finalmente abatido a tiros e decapitado, para que sua cabeça fosse transformada num troféu de caça¹⁵. Cecil foi morto por um afluente dentista norte-americano.

Não se propõe, neste artigo, realizar uma análise exaustiva de todas as passagens ou diálogos do programa em questão, e sim desvelar o “pano de fundo” sobre o qual foram veiculados determinados valores e visões de mundo. Com base na fundamentação teórica oferecida antes, foi realizada uma análise de conteúdo de textos, perguntas, seleção de tópicos, imagens etc., presentes no programa, com o objetivo de identificar a possível existência de elementos latentes relacionados ao especismo em suas diversas formas.

Os repórteres que participaram da matéria serão referidos somente como repórteres I, II, III e IV. Essa decisão se deve ao fato de haver muitas outras pessoas envolvidas na elaboração de um episódio como esse – tais como diretores, editores, selecionadores de imagens, chefes de redação, entre outros – não fazendo sentido fazer referência a nomes em particular.

4. Da análise do objeto

A matéria tem início com a narração do repórter I, que apresenta informações de caráter geral sobre Cecil e outros leões, sendo que um dado contundente trazido à tona pelo caso de Cecil foi o fato de seiscentos leões africanos serem caçados por ano, por milionários americanos. Vale ressaltar que, na primeira fala não narrada pelo repórter, houve um problema de tradução no discurso de uma mulher. Ela disse que a revolta causada pelo caso de Cecil é o reflexo do cansaço das pessoas diante de práticas não só como a caça ilegal (*poaching*), mas também a chamada

caça enlatada (*canned hunting*)¹⁶. Esse último termo foi omitido na tradução, restringindo a crítica à caça ilegal, quando, na verdade, a crítica foi dirigida àquelas consideradas legais também.

O repórter I continua sua narração tendo como cenário de fundo o edifício *Empire State Building*, nos EUA, iluminado com imagens de animais selvagens. Ele então entrevista Louie Psihoyos, da Sociedade de Preservação Oceânica, que concentra seu discurso na perda de biodiversidade causada pela espécie humana. O repórter I comenta que, de repente, o mundo acordou para a crescente ameaça aos animais selvagens, não só os carismáticos, mas também bichos mais modestos, como sapos, morcegos, abelhas etc., e continua seu discurso sobre as ameaças à biodiversidade. Duas falas curtas têm lugar aqui. A primeira é a de um homem que diz que também estamos nos matando, uns aos outros, e a outra é a de uma mulher que afirma que a humanidade tem dispensado um tratamento abusivo aos animais. O repórter discorre sobre diversos dados impactantes acerca da extinção de espécies animais e comenta que, em um século, perdemos noventa e sete por cento dos tigres. No momento em que termina de dizer que hoje restam os últimos três mil e duzentos tigres e que até o fim do século não haverá nenhum vivo, ele faz uma tomada no Museu Americano de História Natural, em Nova Iorque, no Salão da Biodiversidade. Contracenando com um tigre taxidermizado, ele comenta que aquele é um dos lugares favoritos da criançada e dá destaque a uma placa que afirma estarmos numa sexta onda de extinção em massa da biodiversidade. A placa, no chão, enumera cinco outros períodos em que ocorreram esses eventos, mas ressalta que, desta vez, somos nós, os humanos, os causadores da tragédia. Aqui ocorreu uma falha de informação. O repórter I errou quando disse que, nos últimos quinhentos anos, a vida na Terra quase foi varrida, quando na verdade seriam quinhentos milhões de anos.

O mesmo repórter entrevista a jornalista Elizabeth Kolbert, autora do livro *The Sixth Extinction – an Unnatural History*, que faz colocações bastante pertinentes sobre a multiplicidade de

fatores que estão causando a atual onda de extinção em massa. Entre outras conversas com a entrevistada, o repórter I diz que a grande indignação provocada pela caça a grandes mamíferos é algo que mobiliza muito a opinião pública, mas não muda substancialmente o que acontece com relação à extinção que estamos vivendo. Ele pergunta, então, de que forma isso poderia ser colocado em perspectiva. Kolbert responde que há pelo menos dois fatores que levam à extinção: um deles é a caça a esses animais carismáticos que têm um grande valor, por vários motivos, mas também a destruição dos seus *habitat* é uma forma indireta de agir. Infelizmente, tudo isso leva numa única direção, conclui ela.

Na sequência, entram em cena dois depoimentos de caráter mais técnico. O primeiro é de Andrew Loveridge, que, segundo a matéria, é um especialista em vida selvagem. Ele discorre sobre as ameaças à biodiversidade, destacando a perda de *habitat* para a agricultura como o principal fator, mais do que a caça por troféus, mas diz que são muitas as ameaças enfrentadas pelos leões africanos.

A segunda fala é de Claudio Sillero, um zoólogo da ONG *Born Free*, que enumera os muitos problemas que os leões enfrentam na África. Segundo ele, os leões são ameaçados por todos os lados e não somente por caçadores de troféus: são mortos também por pessoas cujo gado foi abatido por eles¹⁷; são envenenados; são capturados em armadilhas colocadas para obter carne de caça ilegal (*bush meat*) etc. Hoje há cerca de vinte mil leões quando há duas ou três décadas atrás havia cem mil, completa ele. A matéria segue com a pergunta do repórter II a Sillero sobre a possibilidade de muita gente matar leões para comer a sua carne, questão que recebeu uma resposta negativa por parte do zoólogo. Sillero acrescentou à sua negativa que isso talvez seja mais difundido em alguns lugares nos EUA, onde é possível comer hambúrguer de carne de leão.

O repórter I retoma a entrevista com Elizabeth Kolbert, que continua sua argumentação sobre o tema da biodiversidade

destacando, novamente, as perdas de *habitat* e a introdução de espécies exóticas como fatores preponderantes. Ela pontua muito corretamente esses dois vetores de destruição como os mais importantes, e não as mudanças climáticas, ou as alterações químicas nos oceanos, pelo menos nesse primeiro momento.

O repórter II continua a narração, dizendo que existem defensores da caça a animais de grande porte não apenas por parte dos aficionados por essa prática, como o dentista-vilão do momento, mas até alguns ambientalistas e conhecedores das condições de vida na África apontam benefícios quando a caça é regulamentada e fiscalizada. Entra em cena a repórter III, que entrevista Chris Weaver, um representante da *World Wildlife Fund* (WWF) na Namíbia. Destaca que naquele país as focas são vistas como um recurso natural que deve ser manejado adequadamente para o bem da população. Dessa forma, são estabelecidas quotas de caça com base em critérios científicos (a cota é de seis mil machos adultos por ano). Ele diz que isso é, entretanto, muito controverso, porque a maior parte dos animais que são caçados são filhotes e machos adultos e que, mesmo que essa caça não se constitua numa ameaça para a espécie, e que seja feita de forma sustentável, isso causa revolta nos defensores de direitos animais em nível internacional, ainda que (ressalta Weaver novamente) não seja uma ameaça para a conservação da espécie. A Namíbia possui, hoje, uma população de um milhão e duzentas mil focas, o maior número de animais na história do país. Obviamente, o controle dessa população não é uma ameaça, conclui Weaver.

A matéria prossegue com o repórter II comentando que países como África do Sul, Moçambique e Tanzânia, além do Zimbábue, vendem licenças para caça legal e alocam os fundos arrecadados em programas de conservação ambiental, incluindo a proteção de animais. Nesse momento, há outra fala de Loveridge, que diz que entende e compartilha de certa forma o sentimento de aversão à caça que existe no Ocidente, mas, na África, diz ele, um milhão e meio de quilômetros quadrados de *habitat* da vida

selvagem foram convertidos em reservas de caça, e isso gera um enorme benefício para a conservação – caso também dos safáris fotográficos – porque os políticos africanos encontram um modo de justificar o fato de essa enorme extensão de terra ser destinada aos animais e não às pessoas. Ele argumenta que, sem os benefícios financeiros da caça, seria muito difícil explicarem tal decisão.

O repórter II prossegue dizendo que os recursos da caça ajudam a manter os leões em parques onde eles podem viver e se alimentar sem a necessidade de matar gados ou fazendeiros. Só na Tanzânia, leões fora de reservas matam cem pessoas por ano, inclusive crianças; e, ao devorar vacas, ou ovelhas, destroem o modo de vida de centenas de famílias no campo. A caça regulada ajudaria a proteger pessoas e a manter um equilíbrio da população animal. Isso, diz o repórter, segundo os defensores da prática.

O depoimento seguinte é de Rodrigo Medeiros, da ONG Conservação Internacional. Em entrevista ao repórter IV, Medeiros diz que, como no caso de qualquer outro produto da natureza, a caça deveria ser realizada somente com base num conhecimento da biologia da(s) espécie(s), do seu estoque e, no caso de a espécie poder ser caçada, qual o limite aceitável. Segundo ele, isso é o mínimo que deveria ser feito. Ele termina dizendo que, em diversos países, a atividade de caça é secular e que muitos animais não se extinguíram, mesmo sendo objeto de caça.

O repórter II retorna à narração e afirma que, entretanto, nem sempre as regras do jogo são cumpridas pelos caçadores e relata a forma como Cecil foi morto, descrita brevemente no início deste artigo. Ele pergunta, então, a Sillero – que, além dos créditos que aparecem na matéria, é também professor da Universidade de Oxford, Inglaterra – quem se beneficia com o dinheiro dessas caçadas. Sillero concorda com a afirmação principal da pergunta do repórter II, a de que o governo fica com cerca de 3% a 5% do total, e esclarece que a maior parte dos recursos vai para acam-

pamentos de luxo e operadoras de safári. Numa escala menor, outras pessoas envolvidas também recebem algum retorno financeiro, diz ele. Sillero prossegue destacando que os números que se referem ao aspecto econômico da caça estão visivelmente errados. Ele comenta que se tivesse que defender um argumento econômico para a caça, algo que deixou claro não defender de modo algum, alguns de seus colegas diriam que o valor para matar um leão seria algo como um milhão de dólares, em vez de cinquenta mil (valor supostamente pago pelo matador de Cecil). Essa soma muito mais elevada se justificaria em função do custo real de manutenção da segurança de toda a população de leões, assim como das pessoas que vivem no entorno desses animais.

O repórter II prossegue dizendo que conhecedores das práticas locais afirmam que a corrupção é comum na quebra das regras à caça, e diz que “o azar do dentista foi matar o leão errado”. A caça a animais de grande porte, pelo prazer da aventura ou busca por troféus, é uma prática antiga que ganhou popularidade na África, desde tempos coloniais, onde europeus agiam como no quintal de casa, com a selvageria que bem entendessem, conclui. Ele diz que o caso do leão Cecil, que ganhou celebridade, não é um caso isolado. Isso porque tais animais são mortos com regularidade, segundo Sillero. O zoólogo afirma que, para ele, a caça é uma questão moral que diz respeito ao direito de um ser humano tirar a vida de um animal por prazer. Sillero conclui sua fala fazendo diversas considerações de natureza sistêmica acerca da sustentabilidade de populações de leões e de pessoas. Destaca que apesar da caça nem sempre ter um efeito importante na população de diversos animais, no caso dos leões são cerca de mil mortos por ano, numa população de vinte mil, e que isso, obviamente, tem um impacto. Ele enfatiza que nenhum leão estará a salvo enquanto se possa caçá-los. Durante esse trecho da fala de Sillero, que ocorre em torno dos dezesseis minutos do programa, aparecem imagens de bebês-leões num ninho e depois sendo amamentados por sua mãe.

No fim desse bloco, o repórter II pergunta a Sillero o que ele pensa sobre o fato de muitas companhias aéreas terem anunciado que não mais transportariam troféus de caça em seus voos. Ele responde que isso nada tem a ver com a legalidade do fato, porque tal transporte é legal, mas com a repercussão da história de Cecil. Diz ainda que essa decisão não vai parar a demanda por caça, mas poderá ter um efeito positivo para que a Agência Norte-Americana de Caça e Pesca (*U.S. Fish and Wildlife Service*) acolha solicitações de grupos como o dele e faça uma revisão na legislação para proibir a caça a troféus.

O último bloco do programa tem início na voz do repórter IV. Ele comenta que no Brasil não há leões (ou outros grandes mamíferos), que são os troféus mais cobiçados por caçadores, mas que a caça esteve presente na formação cultural do País, sendo proibida somente em 1967. Por lei, ela só é permitida em circunstâncias especiais e sob estrito controle do governo. A caça ao javali nos estados do Sul é um exemplo, diz ele, foi permitida pelo fato de os animais não pertencerem à fauna natural do Brasil e por estarem destruindo plantações. Nesse momento aparecem imagens de javalis sendo caçados à bala. A proibição de 1967 sofreu resistências por cortar uma tradição arraigada, mas aos poucos a lei vai pegando (*sic*). Hoje os animais mais caçados ilegalmente são aqueles pegos vivos para serem comercializados: papagaios, araras, periquitos, micos, tartarugas e tucanos, conclui o repórter.

O programa termina com algumas considerações de Medeiros sobre a caça. Ele diz que a legislação da década de 1960 que permitia a caça e a pesca foi substituída (“cassada”, segundo ele) por uma legislação de proteção à fauna (Lei de Proteção à Fauna) e, hoje, à exceção de alguns casos previstos na lei (uso para a subsistência, em comunidades que necessitam da proteína animal), a chamada caça desportiva é totalmente proibida no Brasil. Para Medeiros, a mudança se explica entre os dois extremos: da transição da caça regulamentada desportiva para a proibição total, ou seja, não ter nenhuma caça. A primeira ele atribui à forte

militância das chamadas associações de defesa e proteção dos animais, as quais tinham como argumento que os animais têm direito à vida, e que não fazia sentido existir caça no Brasil. A segunda foi a dificuldade em afirmar se o Brasil teria condições de estabelecer um regime de controle sobre a atividade, sem o qual, diversas populações nativas seriam colocadas em risco.

Medeiros destaca, mais uma vez, que o Brasil migrou de um regime regulamentado de caça para outro de totalmente de não caça, indo totalmente (ele repete essa palavra) na contramão de países vizinhos, como a Argentina, o Peru e outros que mantêm suas normas e atividades de caça. Ele encerra sua participação dizendo que foi criado numa cidade do interior e se considera da primeira geração que nasceu sob a ideia da proibição da caça, mas que todos os seus colegas eram “passarinheiros”. Pegar passarinhos e gambás no mato, para comer, era uma atividade comum, diz ele. Na sua última frase, ele fala sobre a importância de programas de comunicação, se quisermos ser um país que protege os animais e livre da caça, e não usarmos somente a repressão ou a fiscalização.

Em linhas gerais, foi essa a essência do episódio objeto de análise aqui. É preciso agora fazer uma retrospectiva de alguns diálogos, depoimentos e imagens, a fim de tecer a discussão e as considerações finais deste estudo.

5. Discussão

Embora, de forma isolada, não seja de importância crucial para esta análise, a omissão do termo *poaching* (referência à caça ilegal), comentada na sessão anterior, parece descortinar o “pano de fundo” sobre o qual se desenvolveu a matéria: o de se esquivar da perspectiva dos direitos animais.

O título *Caçada a leão no Zimbábue comove o mundo* contém, pelo menos, três elementos que foram silenciados ou apareceram de forma incipiente no programa. O primeiro deles é a

crueldade e a violência contra os animais subjacentes à atividade da caça; o segundo é que o motivo da comoção se deveu à violência cometida contra um personagem em particular e não devido a ameaças à sua espécie, ou questões legais; e o terceiro é que o sentimento de comoção pelo ocorrido faz com que o tema em questão tenha um forte viés moral.

Embora tenha sido dito que o leão Cecil não morreu em vão, a reportagem não honra o que foi prometido no título, ou seja, cria uma expectativa que não se concretiza, por duas outras razões. Uma delas foi destinar um tempo demasiadamente longo ao tema da biodiversidade, uma discussão importante, porém digressiva no contexto analisado. E a segunda foi tratar a caça, quase que exclusivamente, sob suas dimensões técnicas e legais. Assim, ainda que buscando não praticar uma advocacia explícita em relação ao tema da caça, evitando um posicionamento a favor ou contra, o resultado não foi a imparcialidade. Isso é de se esperar quando se leva em conta a advertência do filósofo Herbert Marcuse¹⁸ sobre a dificuldade que temos em transcender os valores do nosso “mundo vivido” (*Lebenswelt*).

Vale destacar, também, que durante o longo trecho inicial, o qual teve a biodiversidade como tema central (cerca de nove minutos e meio, num programa de menos de vinte e dois minutos), o repórter I desperdiça as chances de haver qualquer questionamento relacionado aos direitos animais ou, pelo menos, ao seu valor intrínseco. Isso foi marcante na já mencionada fala inicial sobre a caça ilegal (que durou cerca de dez segundos) e na fala de outra mulher que afirma que a humanidade tem dispensado um tratamento abusivo aos animais (que durou menos de oito segundos). Mas a tendência continua na questão proposta pelo repórter I a Kolbert, acerca do fato de a indignação pública contra a caça não mudar o que acontece em relação à extinção de animais. Aqui também ele não examina a questão do valor intrínseco dos animais (objetos da caça), mas tão somente um aspecto mais instrumental que é a preservação da biodiversidade, ou de populações de maneira geral.

É possível que haja algum grau de confusão entre esses dois temas, a extinção de espécies e a destruição de cada vida em particular. Singer, por exemplo, destaca que mesmo a ética da ecologia profunda não consegue oferecer respostas convincentes sobre o valor das vidas de seres vivos individuais, pois seus argumentos se concentram em preservação de espécies e ecossistemas e não em indivíduos isoladamente. O fato é que a ausência de familiaridade sobre o tema dos direitos animais, por parte da equipe responsável pela matéria, acabou por resultar numa simplificação inaceitável. Prevaleceu o preconceito especista, que, em sua cegueira emocional e moral, promove o apagamento da visão dos animais em sua individualidade.

Outra questão é que mesmo enfocando principalmente o tema da biodiversidade, a matéria falhou no critério de priorização de suas causas. Apesar de haver sido citado diversas vezes por Kolbert, e por Loveridge, que a perda de *habitat* é o principal fator de extinção de espécies, esse fato não foi explorado. Também na passagem em que diz que a transformação da paisagem por nós, humanos, foi um fato preponderante nesse processo, o repórter I relegou tal informação a um segundo plano.

Existem hoje muitos estudos que apontam a pecuária como um setor altamente impactante no que tange à biodiversidade, por conta dos conflitos entre criadores de gado e predadores de topo¹⁹. Tanto Loveridge quanto Sillero sinalizaram a possibilidade de conflitos nessa esfera quando mencionaram a perda de *habitat* para a agricultura, mais do que a caça por troféus (Loveridge), e o ataque a leões por parte de pessoas que tiveram o gado morto por eles (Sillero). Nesse último caso, é evidente que o erro de tradução reportado na sessão anterior teve peso, já que essa informação acabou sendo eliminada da discussão.

É, portanto, pouco pertinente e fora de contexto a pergunta que faz o repórter II a Sillero sobre a possibilidade de “muita gente matar leões para comer a sua carne”. Ao responder negativamente e dizer que isso talvez seja mais difundido em alguns lugares nos EUA, Sillero eliminou qualquer possibilidade de ve-

rossimilhança no que toca à questão. Muito mais informativo teria sido indagar Kolbert, Loveridge ou Sillero acerca dos principais motivos que provocavam conflitos no uso do território. As perguntas – tanto no âmbito da pesquisa acadêmica, quanto no universo educacional – formal ou não – determinam em grande parte o escopo do contexto geral, imprimem-lhe uma identidade a partir da qual o pano de fundo é tecido.

Outra passagem que chama a atenção numa análise de conteúdo é a visão “ecológica” totalmente rasa de Weaver (WWF) acerca do abate de focas na Namíbia. Alegando critérios de natureza científica, ele reduz tal matança a uma questão técnica de manejo de um recurso natural e se escuda em termos como “cotas de abate” para desqualificar ou dar a entender que é exagerado o fundamento dos movimentos de defesa dos direitos animais que se opõem à sua visão de “sustentabilidade”.

Uma questão cujo conteúdo latente merece um comentário nesse trecho da matéria é a expressão sorridente da repórter III, ao ouvir a argumentação de Weaver. Não é raro que jornalistas noticiem fatos trágicos dessa maneira, porém uma expressão mais neutra certamente combina melhor com situações como a aqui descrita, sobretudo porque a máxima de almejar um jornalismo isento de valores costuma prevalecer nesses canais de comunicação. Entretanto, a repórter ouvia o relato de uma matança que inclui até bebês-foca, com um sorriso plácido no rosto.

A matéria prossegue com informações sobre a venda de licenças para a caça legal e a alegação de que os fundos arrecadados são alocados em programas que incluem a proteção de animais. Novamente, a matéria toma um caminho de legitimação, ou pelo menos de banalização da caça. Isso fica evidente na fala de Loveridge, citado antes, que diz compartilhar o sentimento de aversão à caça, mas que, na África, as divisas provenientes dessa atividade são praticamente a única forma de justificar que um milhão e meio de quilômetros quadrados (ele enfatiza, com a voz, a palavra “milhão”), sejam destinados a animais e não a pessoas.

Esse é claramente um argumento especista na medida em que não se questionam os fatores históricos e demográficos, entre outros, que levariam à necessidade (real ou não) de tais áreas serem ocupadas por humanos. Além disso, parte do princípio que áreas que pertenciam à vida selvagem não podem permanecer destinadas a ela, a menos que os seres humanos obtenham alguma vantagem nessa concessão.

Vale a pena resgatar, neste ponto da discussão, uma fala do repórter II em que ele diz que “os recursos da caça ajudam a manter os leões em parques onde não teriam a necessidade de matar gados ou fazendeiros; que só na Tanzânia, leões fora de reservas matam cem pessoas por ano, até crianças; e que ao devorar o gado, destroem o modo de vida de centenas de famílias. A caça regulada ajudaria a proteger pessoas e a manter um equilíbrio da população animal”. Apesar de, no encerramento dessa fala, o repórter dizer que essa é uma argumentação dos defensores da caça, algumas questões chamam a atenção aqui.

A mais geral é a extensão de afirmações que retratam os leões como animais perigosos ou nocivos para os seres humanos, tanto sob o ponto de vista financeiro, quanto de ameaça à sua integridade física. E essas afirmações vêm logo após a opinião de Loveridge, favorável à caça. Aspectos mais pontuais também são dignos de uma breve nota. Um deles é a apresentação dos parques como lugares ideais para tais animais, algo extremamente controverso sob o ponto de vista da conservação dessa e de outras espécies. Outro ponto é o silêncio sobre os evidentes conflitos com fazendeiros e a ênfase na “destruição do modo de vida de centenas de famílias”, como se políticas públicas adequadas não pudessem oferecer respostas eficientes para mudar esse cenário. Embora outras ponderações possam ser acrescentadas, o importante é que, novamente, vai sendo sedimentado o ideário de legitimação da caça, seja por seu retorno financeiro, seja por questões de segurança, ou como estratégia conservacionista.

A ressalva de que aqueles seriam argumentos dos defensores da caça, fica neutralizada também porque, na sequência, entra

em cena Rodrigo Medeiros, que restringe a prática da caça a uma questão puramente técnica, reforçando a visão dominante até então. Ele reduz a caça a um mero “produto” da natureza, a uma prática que pode ser realizada desde que haja um conhecimento do estoque da espécie em questão e outros parâmetros que fundamentem sua viabilidade e seu limite. Medeiros, cuja visão de mundo sobre o tema muito se assemelha à de Weaver, finaliza sua fala nesse trecho com a infeliz declaração de que, em muitos países, a atividade de caça é secular e, ainda assim, muitos animais não se extinguiram, mesmo sendo caçados.

O tema que deveria ser central no programa, o abate do indivíduo Cecil, foi eliminado do debate até esse momento. Houve também um silêncio total sobre o fato de a caça ser uma forma de violência contra seres sencientes, tanto no discurso de Medeiros, quanto nos outros, à exceção de Sillero. Além disso, a declaração de Medeiros lança dúvidas sobre a real ameaça que a caça representa para a biodiversidade. Vale destacar, portanto, que embora o repórter II tenha advertido que o texto por ele narrado provinha de uma visão dos defensores da caça, a matéria encaixou em seguida uma visão que legitimou aquela linha de argumentação.

O repórter II prossegue dizendo que nem sempre as regras subjacentes à caça são cumpridas – como se isso a tornasse eticamente correta – e relata a forma como Cecil foi morto. A construção desse trecho do texto, somada ao fundo musical melancólico, parecia sinalizar na direção dos direitos animais, sendo Cecil uma espécie de embaixador de tais direitos.

De fato, após a enxurrada de ideias que trivializam a caça, destituindo-a de sua dimensão moral, houve um depoimento contrário por parte de Claudio Sillero. Esse seu último depoimento, o único realmente expressivo e favorável aos animais, tem início aos treze minutos e quarenta e dois segundos do programa, quando o repórter II pergunta a ele quem se beneficia com o dinheiro dessas caçadas. Como relatado na sessão anterior, Sillero esclarece quem mais se beneficia com a caça, deixa

clara a sua posição contrária a ela e faz, ainda, um comentário muito interessante: mesmo que a caça fosse moralmente defensável, o valor para matar um leão seria algo como um milhão de dólares.

Essa colocação de Sillero, que aponta outra ordem de grandeza para a prática, encontra respaldo em argumentos ligados à economia ecológica. Nessa área do conhecimento diversos autores procuram demonstrar por meio de estimativas acerca de subsídios, como os energéticos, e/ou de externalidades negativas, que muitas vezes quantificações puramente monetárias não refletem o real custo de determinado recurso natural, processo produtivo, ou problemática social, por exemplo. Isso acontece porque o valor atribuído a tais recursos, processos etc., não leva em consideração os princípios que regem os fluxos de matéria e energia, nem as questões sociais, ou éticas, envolvidas em diferentes etapas do problema que se deseja solucionar²⁰. Teria sido prolífico aprofundar essa questão.

Todavia, a exposição de cerca de quatro minutos de Sillero não foi contínua. Por volta de quatorze minutos e quarenta e três segundos, ela foi interrompida por uma fala bastante descabida do repórter II, que reconduz a discussão para a dimensão legal e diz que “o azar (*sic*) do dentista foi matar o leão errado”. Isso equivale a dizer que se o dentista tivesse tido a sorte de seus guias terem agido dentro das regras, não haveria mal em matar um leão qualquer, e sua história jamais teria virado manchete no mundo inteiro. Seria o leão “certo”, para o repórter, um leão “vira-latas”, sem coleira de monitoramento? Em seu especismo seletivo, o repórter legitima a crueldade, fundamentando-se apenas em parâmetros de legalidade. A dicotomia “leão errado” *versus* “leão certo” esconde, por conseguinte, uma outra: a de “animal a ser estimado” e “animal a ser explorado”, esse último podendo ser objeto inclusive de violência.

O repórter procura, então, supostamente, trazer elementos históricos sobre a caça e sua popularidade desde os tempos coloniais e retoma a entrevista com Sillero. O zoólogo argumenta

que o caso de Cecil ganhou celebridade, mas que tais animais são mortos com regularidade e salienta, mais uma vez, sua posição sobre a (i)moralidade da caça, entre diversas colocações valiosas, já destacadas no item anterior. Na reportagem, porém, nenhum desses elementos foi examinado.

É interessante sublinhar o fato de que mil leões são mortos por ano, numa população de vinte mil, por membros da espécie *Homo sapiens*. Enquanto isso, apenas cem humanos seriam mortos a cada ano por leões, na Tanzânia, cuja população é de cerca de cinquenta milhões de pessoas²¹. A discrepância no tratamento desses dois dados desvela, mais uma vez, a visão de mundo especista presente em nossa cultura e no programa em questão. Porém outras reflexões devem ser feitas aqui. Uma delas é que, ao que tudo indica, os seres humanos abatidos por leões são, em sua maioria, aqueles em situação de vulnerabilidade, como a pobreza. Outra questão é que, não apenas crianças humanas ou os pobres estão em situação de vulnerabilidade: os filhotes de outras espécies, como as focas, perecem de forma cruenta nas mãos justamente da espécie que se autodenomina sábia. E, ainda que cidadãos norte-americanos e europeus, isoladamente, nada tenham a ver com a má gestão e corrupção que grassam à solta nos países que vendem licenças para matar animais, é intolerável o fato de alguns alimentarem esse sistema com seus soldos, perpetuando essa cadeia de pobreza, crueldade e insustentabilidade. Quando se pensa que o dinheiro pago para dispor dessas vidas poderia ser usado, por exemplo, na conservação de inúmeras espécies animais, fica ainda mais claro o caráter doentio de tais práticas.

Aos dezessete minutos e cinquenta e sete segundos, começa o último bloco do programa, no qual são retomadas algumas considerações históricas e legais da caça no Brasil. Nesse trecho, merece destaque a abordagem das exceções previstas na lei, como o abate de javalis. O repórter IV se limita a dizer que ela foi permitida porque os animais não pertencem à fauna brasileira – como se isso os destituísse da capacidade de sofrer – e

por estarem destruindo plantações, como se eles tivessem discernimento para evitar propriedades privadas, ou distinguir entre uso sensato e destrutivo dos recursos naturais. Dessa forma, o covarde e brutal abate de javalis foi totalmente naturalizado. Nesse, como em outros contextos²², argumenta-se que a prática é legal, como se isso a isentasse de ser moralmente abominável. A situação que se apresenta no caso dos javalis teria sido evitada, primeiro, não criando tais animais como “produtos”; segundo, responsabilizando de imediato os culpados pelo problema. A única solução eticamente correta é capturar e castrar os animais. O expediente proposto, entretanto, é o pior possível porque transforma vítimas em criminosos. O bloco, que teve a intenção de trazer elementos históricos, acabou por se limitar a um historicismo raso e pragmático. Ainda nesse trecho, quando o repórter diz que “a proibição de 1967 sofreu resistências por cortar uma tradição arraigada, mas aos poucos a lei vai pegando”, perde-se uma oportunidade de questionar a razão de tal morosidade. Não estaria tal lerdeza ligada precisamente à contínua validação dos animais como objetos a serem usados pelos humanos?

O programa termina com algumas considerações de Medeiros que merecem um comentário. Uma delas é a ênfase ao que ele chama de dois extremos: a transição da caça regulamentada desportiva para a proibição total (*sic*), sendo que ele repete enfaticamente a palavra “totalmente”, quando menciona os tais “extremos”. Essa afirmação, porém, não corresponde à realidade na medida em que o inciso I do artigo n.37 da lei 9.605/98²³ não criminaliza o abate de animais quando realizado “em estado de necessidade, para saciar a fome do agente ou de sua família”. Como tal situação pode ser complexa e subjetiva, existem muitos caçadores que se valem dessa exceção para justificar seus crimes contra a fauna, mesmo quando não se encaixam no perfil descrito. E, assim, milhares de animais desaparecem de nossos ecossistemas²⁴. Os incisos II e IV do mesmo artigo dessa lei dão amparo legal ao abate de javalis mencionado antes.

Seria pertinente abrir um espaço para discutir o quão necessária é a proteína animal para a espécie *Homo sapiens*, porém tal questão se distancia do escopo deste artigo²⁵. Mais interessante, nesse segmento, é destacar o termo usado por Medeiros – “contramão” – para qualificar a atitude do Brasil em relação a outros países no que tange à caça. Acreditando que as palavras são mais do que uma simples forma de expressão, que elas nos remetem à essência do pensamento que as gerou, teria sido mais adequado o uso da palavra “vanguarda” para expressar tal mudança legal. Medeiros encerra dizendo que durante sua infância era comum matar animais, embora isso já fosse proibido, e aborda superficialmente, nas duas últimas frases de seu discurso, a importância de programas de comunicação para a proteção dos animais.

6. Considerações finais

*Bring awareness to the many subtle sounds of nature – the rustling of leaves in the wind, raindrops falling, the humming of an insect, the first birdsong at dawn. Give yourself completely to the act of listening. Beyond the sounds there is something greater: a sacredness that cannot be understood through thought*²⁶.

Embora se possa argumentar que não há imparcialidade na seleção dos trechos escolhidos para esta análise, o presente estudo revelou que houve mais ênfase nos aspectos legais, pragmáticos e meramente conservacionistas da temática em questão, do que na sua dimensão ética. Isso ficou claro qualitativamente na análise de conteúdo e, quantitativamente, nos longos tempos destinados à biodiversidade e aos aspectos legais e de sustentabilidade da caça. Além do mais, as falas que poderiam levar à visão dos animais não humanos como sujeitos-de-uma-vida (REGAN)²⁷ foram breves ou subaproveitadas.

O mais importante, porém, é que não houve praticamente nada na matéria acerca de mudanças de paradigma, ou sobre educação. E, exceto pelas luzes lançadas por Sillero (e outras duas mulheres) nesse sentido, os repórteres sempre acabavam trazendo algum argumento que neutralizava qualquer mudança de rumo nos aspectos éticos da temática. Sillero se constitui, de fato, na única voz dissonante de importância. Na qualidade de entrevistado, apenas ele trouxe para a discussão elementos que não se resumiam a questões legais, financeiras ou puramente conservacionistas. Teria sido rico ouvir outros testemunhos alinhados à sua visão de mundo. Considerando também sua posição de membro da ONG *Born Free* e da conceituada Universidade de Oxford, que monitoravam Cecil, seus argumentos tiveram relativamente pouco peso na reportagem.

No que tange à televisão, mesmo quando seu objetivo não é a gratificação imediata, é comum que haja esse desvio de foco do objeto, esse tergiversar. Isso acontece, segundo Meadows²⁸, porque a mídia ocidental é orientada para eventos e superficial, não reporta contextos históricos ou implicações no longo prazo, simplifica as questões, e tem pouca tolerância com a incerteza, a ambiguidade ou a complexidade. Além disso, divide o mundo entre situações certas e erradas.

A trivialização da caça, que resultou do ideário do programa, presta um desserviço à vida selvagem, tanto sob o ponto de vista educacional quanto conservacionista *tout court*. Permitir que caçadores de troféus abatem animais que enfrentam uma real ameaça de extinção, enquanto se condena a caça ilegal por fazer exatamente a mesma coisa, acaba por transmitir uma mensagem dúbia a respeito de como a vida selvagem deve ser protegida²⁹.

Cecil ganhou manchetes por sua fama. Seu prestígio, para a mídia e para o parque nacional no qual vivia, ia muito além do seu valor intrínseco. Na qualidade de atração turística, era também gerador de diversas formas de divisas. Na ótica dos direitos animais, a vida de Cecil não é mais preciosa do que a de nenhum outro animal que suporta seu calvário anonimamente. O que o

assassinato de Cecil e de outros animais mortos em situações semelhantes faz emergir é a escória que jaz na essência da espécie humana. Ao alegar que o valor para matar um leão está errado, Sillero enumerou diversos problemas para os animais e para as pessoas, entretanto, muitos outros podem surgir. Acreditando que são sujeitos-de-uma-vida, é provável que esse infeliz episódio deixe marcas indeléveis na memória daquele grupo. Qual o valor de tudo isso? É o sofrimento e a violência contra outrem algo passível de quantificação e monetarização? O programa em questão, lamentavelmente, não ofereceu uma saída para a eliminação, ou mesmo a redução, dessa forma de violência.

Diante disso, é oportuno retomar o raciocínio de Popper, do início deste texto, sobre a violência. Ele enfatiza que a civilização consiste, essencialmente, na sua eliminação, sendo esse o papel mais importante da educação. Assim, quando aparecem as imagens dos bebês-leões, ao lado de sua mãe, e olhamos nos olhos de pura inocência desses animais, o que nos vem em mente? Uma possibilidade é a ideia de identidade e de pertencimento. Porém, há quem veja nessa prole apenas o seu valor de uso: Será ela de nobre estirpe ou de vira-latas? Nesse último caso, serão eles e elas mercadorias passíveis de venda para tiro ao alvo no futuro? Tal cenário poderá ser um capítulo encerrado em nossa história caso optemos por uma reestruturação de monta nos valores hegemônicos em nossa cultura. E o ponto de partida é a educação formal.

O atual paradigma de ensino das ciências da vida, por exemplo, promove um processo de insensibilização nos estudantes, pois tem como fundamento ético seu valor instrumental. Tal questão transparece neste estudo de caso quando o repórter I se posiciona ao lado de um tigre taxidermizado, no Museu Americano de História Natural, e comenta que aquele é um lugar onde as crianças se entusiasmam diante da riqueza da vida na Terra. Entretanto, será um animal empalhado a melhor forma de educar as pessoas no que tange à relação humanos-animais? A resposta seria positiva se a exposição de animais nessas con-

dições fosse acompanhada de um debate crítico que mostrasse que essa forma “necrólatra” de conhecer está inextricavelmente ligada à tradição ocidental de domínio sobre a natureza.

A mídia pode ter um papel preponderante na promoção de uma nova cultura. Meadows enfatiza a importância e a responsabilidade das palavras na esfera da informação, pois elas podem manter as velhas estruturas ou afirmar novas. Bourdieu diz, ainda, ter vontade de

[...] retomar *cada palavra* dos apresentadores que falam muitas vezes levemente, sem ter ideia da dificuldade e da gravidade do que evocam e das responsabilidades em que incorrem ao evocá-las diante de milhares de telespectadores, sem as compreender e sem compreender que não as compreendem (grifos no original).³⁰

É mister transcender essa cultura especista e belicista cujos fundamentos espúrios fazem parte de um *continuum* histórico que vem degradando as condições de vida no planeta. Por esse viés, todas as vias de formação de valores, seja a educação formal ou não, devem se comprometer na direção do fortalecimento de uma cultura da paz e da compaixão. No que diz respeito ao jornalismo, fica patente a relação dialética entre ensino formal e informal, e, para transformar esse cenário, a mudança deverá ter início já nos cursos de graduação.

7. Notas de referência

- ¹ BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- ² POPPER, Karl; CONDRY, John. *Televisão: um perigo para a democracia*. Tradução de Maria Carvalho. Lisboa: Gradiva, 1995.
- ³ Veja, por exemplo, BRÜGGER, Paula. Os Novos Meios de Comunicação: uma antítese da educação ambiental? In: LOUREIRO, Carlos; LAYRARGUES, Philippe; CASTRO, Ronaldo (Org.). *Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 143-177; BRÜGGER, Paula. Jornalismo Especista. *Agência de Notícias dos Direitos Animais*,

- 02 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.anda.jor.br/02/12/2011/jornalismo-especista>>. Acesso em: 13 set. 2015; BRÜGGER, Paula. Especismo na TV: um olhar abolicionista sobre o programa 'Pelo Mundo'. *Revista Brasileira de Direito Animal*, Salvador, v. 8, n. 13, p. 121-165, maio/ago. 2013; SIBONIS, Danielle. As Representações Socioculturais dos Animais no Jornal Folha de São Paulo. 2015. 247 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- ⁴ Veja, por exemplo, MEADOWS, Donella. Changing the world through the informationsphere. In: LAMAY, Craig; DENNIS, Everette (Org.). *Media and the Environment*. Washington: Island Press, 1991.
- ⁵ RYDER, Richard. All Beings that Feel Pain Deserve Human Rights - equality of the species is the logical conclusion of post-Darwin morality. *The Guardian*, London, 2005. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/uk/2005/aug/06/animalwelfare>>. Acesso em: 18 set. 2015.
- ⁶ THE CAMBRIDGE Declaration on Consciousness. Cambridge/UK, 07 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.all-creatures.org/articles/ar-conscious.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2015.
- ⁷ SINGER, Peter. *Ética Prática*. Tradução de Jefferson L. Camargo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ⁸ TRIVIÑOS, Augusto. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais – a pesquisa qualitativa em educação*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.
- ⁹ Citada por: TRIVIÑOS, 1990, p. 160.
- ¹⁰ Citado por: APPLE, Michael. *Ideologia e Currículo*. Tradução de Carlos Eduardo F. de Carvalho. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 127.
- ¹¹ GIROUX, Henry. *Teoria Crítica e Resistência em Educação*. Tradução de Angela M. Biaggio. Petrópolis: Vozes, 1986.
- ¹² Citado por: SCHLECHTWEG, 1996, p. 257.
- ¹³ SCHLECHTWEG, Harold. Media Frames and Environmental Discourse: the case of Focus: Logjam. In: CANTRILL, James; OVERAC, Christine (Org.). *The Symbolic Earth: discourse and our creation of the environment*. Kentucky: The University Press of Kentucky, 1996. p. 257-277.
- ¹⁴ Caçada a Leão no Zimbábue Comove o Mundo. Sem Fronteiras. Globo News: Rio de Janeiro, 2015. Reportagem de TV. Disponível em:

<<http://globosatplay.globo.com/globonews/v/4375551/>>. Acesso em: 16 set. 2015.

¹⁵ Veja <<http://cecilthelion.org/about/>>; <https://en.wikipedia.org/wiki/Cecil_%28lion%29>. Acesso em: 18 set. 2015.

¹⁶ Os *animais enlatados* são criados com a finalidade específica de serem caçados em atividades legalizadas. Tais animais vivem em áreas confinadas e frequentemente são alimentados como animais domésticos o que suprime, ou diminui, o medo que desenvolvem pelos seres humanos. Esses dois fatos aumentam sobremaneira a chance de serem abatidos com facilidade. Veja, por exemplo, BARKHAM, Patrick. Caça Enlatada: quando leões são criados para serem mortos. *Brasil 247*, 27 nov. 2013. Disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/247/revista_oasis/122164/Ca%C3%A7a-enlatada-Quando-le%C3%B5es-s%C3%A3o-criados-para-serem-mortos.htm>. Acesso em: 18 set. 2015.

¹⁷ Neste trecho houve outro erro de tradução. Sillero diz '*They are also killed by people who had their livestock taken by lions the previous night*'. Na legenda, porém, a tradução fica 'são mortos também por pessoas que viram alguma vítima dos leões na noite anterior'.

¹⁸ MARCUSE, Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial - o homem unidimensional*. Tradução de Giasone Rebuá. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

¹⁹ Veja ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). *Livestock's Long Shadow: environmental issues and options*. Roma: 2006. Disponível em: <<ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/010/a0701e/a0701e00.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2015; e _____. *Managing the Conflicts between People and Lion: review and insights from the literature and field experience*. Roma: 2010. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/012/k7292e/k7292e00.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2015.

²⁰ Veja, por exemplo, ODUM, Howard. What is a whale worth? *The Siren - News from UNEP's Oceans and Coastal Areas Programme*. Nairobi, n. 33, p. 31-35, may 1987; e MARTINEZ ALIER, Joan. *De la Economía Ecológica al Ecologismo Popular*. 2. ed. Barcelona: Icaria, 1994. Quanto ao conceito de externalidade, veja PINDYCK, Robert; RUBINFELD, Daniel. *Microeconomia*. Tradução de Eleutério Prado. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

- ²¹ Dados demográficos da Tanzânia podem ser encontrados em: <<http://countrymeters.info/pt/Tanzania>>; <http://www.indexmundi.com/pt/tanzania/populacao_perfil.html>. Acesso em: 18 set. 2015.
- ²² Veja GERAQUE, Eduardo. Abate de javalis no Brasil precisa ser incentivado, diz agrônomo. Folha de São Paulo, São Paulo, Seção Cotidiano, 30 ago. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/08/1675513-abate-de-javalis-no-brasil-precisa-ser-incentivado-diz-agronomo.shtml>>. Acesso em: 18 set. 2015.
- ²³ BRASIL. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Diário Oficial da União, Presidência da República Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília/DF, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm>. Acesso em: 18 set. 2015.
- ²⁴ Veja, por exemplo, ALVES, Rômulo; GONÇALVES, Maria Betânia; VIEIRA, Washington Luiz. Caça, Uso e Conservação de Vertebrados no Semiárido Brasileiro. *Tropical Conservation Science*, Campina Grande, v. 5, n. 3, p. 394-416, 2012. Disponível em: <http://tropicalconservationscience.mongabay.com/content/v5/TCS-2012_Vol_5%283%29_394-416_Alves_et_al.pdf>. Acesso em: 18 set. 2015.
- ²⁵ Sobre esse assunto, veja CRAIG, Winston; MANGELS, Ann. Position of the American Dietetic Association: Vegetarian Diets. *Journal of the American Dietetic Association*, v. 109, n. 7, p. 1266-1282, jul. 2009. Disponível em: <http://www.vrg.org/nutrition/2009_ADA_position_paper.pdf>. Acesso em: 18 set. 2015.
- ²⁶ Concentre sua atenção nos muitos sons sutis da natureza – no farfalhar das folhas ao vento, nas gotas de chuva caindo, no zumbido de um inseto, no primeiro canto de um pássaro ao amanhecer. Entregue-se completamente ao ato de ouvir. Para além dos sons há algo maior: uma sacralidade que não pode ser compreendida por meio do pensamento (*Stillness Speaks*, Eckart Tolle; tradução nossa).
- ²⁷ REGAN, Tom. *Defending Animal Rights*. Chicago: University of Illinois Press, 2001.
- ²⁸ MEADOWS, Donella. Changing the world through the information-sphere. In: LAMAY, Craig; DENNIS, Everette (Org.). *Media and the Environment*. Washington: Island Press, 1991. p. 67-79.

- ²⁹ Veja GRAEF, Alicia. Bill Honoring Cecil would Protect Imperiled Species from Trophy Hunters. *Care* 2, 06 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.care2.com/causes/bill-honoring-cecil-would-protect-imperiled-species-from-trophy-hunters.html#ixzz3i82b9UKn>>. Acesso em: 18 set. 2015.
- ³⁰ BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 26.

